

Anexo A – Enquadramento na EDL

GAL – ALENTEJO CENTRAL - Estratégia de Desenvolvimento Local

A Estratégia de Desenvolvimento Local para o território de intervenção, parte da análise SWOT, e concorre para os processos de desenvolvimento local e de diversificação e competitividade de base rural (abordagem LEADER), conforme o previsto nos Preâmbulos do Concurso n.º 2/ 2014 de 16-11-2014 e do Aviso DLBC-99-2015-02 de 17-06-2015. A EDL do GAL Alentejo Central, assenta nas prioridades de investimento que correspondem às medidas estruturantes identificadas no documento de pré-qualificação, conforme se apresenta:

1- Valorização dos recursos do território e atividades ligadas ao ecossistema do montado – reúne as principais dinâmicas e oportunidades ligadas às temáticas do Ambiente e Energia, Segurança Alimentar e Comercialização de Proximidade, e Pequenos investimentos Agrícolas e Bolsa de Terras. Estes temas assentam na valorização do sistema socio-ecológico do montado, entendido como o elemento patrimonial distintivo do território, considerando prioritário a sua preservação e gestão equilibrada. Reconhece também a importância da pequena agricultura para a criação de emprego, para a manutenção da paisagem e dos ecossistemas e para a preservação da cultura e identidade local. Considera relevante o crescimento da procura pelos produtos agroalimentares locais, de reconhecida qualidade e excelência. Compreende a valorização dos ativos físicos e imateriais do território de intervenção, como sejam a pequena agricultura tradicional com forte ligação ao montado, e que concorrem para reforço da segurança alimentar; as atividades agrícolas necessárias à sustentação do ecossistema (economia verde), a valorização dos produtos locais, das cadeias de transformação agroalimentar, e das atividades que concorram para a organização da oferta local e promoção de redes de comercialização, com especial atenção para os circuitos curtos de comercialização já existentes e a incentivar. Esta linha de intervenção compreende também o incentivo a pequenos investimentos nas explorações agrícolas que concorram para a melhoria da produtividade, o desenvolvimento de atividades de suporte técnico e de apoio aos agricultores, incentivo à respetiva organização coletiva e desenvolvimento de estruturas comuns para a comercialização e transformação. Para esta linha concorre ainda a articulação com várias iniciativas na área da gestão fundiária, de que se destacam várias iniciativas locais (banco de terras) e a bolsa nacional de terras:

2- Reforçar a identidade territorial – linha estruturante que reúne o tema do turismo rural e conservação do património. Baseia-se na perspetiva que a identidade do território de intervenção está fortemente ligada ao património, à paisagem, ao edificado, ao monumental, e à ruralidade. O valor da ruralidade, entendida como um certo modo de vida que representa uma fruição do tempo e do espaço, para o qual também concorre a organização do espaço, a arquitetura, os elementos culturais da região, a pronúncia, a gastronomia, entre outros. Considera-se que a ruralidade e a existência de elementos patrimoniais de elevada diversidade e qualidade têm contribuído para a definição do produto turístico rural. Reconhece-se que têm sido estes fatores, a par da excelência dos produtos locais, que tem contribuído para o crescimento da procura e diversificação da oferta e cadeia de valor do produto turístico da região (alojamento, restauração, animação). Nesta linha de intervenção considera-se que as atividades de turismo rural, devem assentar na recuperação e valorização do património rural, material e imaterial, devendo ser incentivada a integração de atividades culturais e de animação que contribuam para a divulgação da memória coletiva. As atividades a apoiar devem concorrer para a melhoria da qualidade dos serviços prestados nas unidades existentes, e para a estruturação de produtos integrados como seja a dinamização de redes de oferta integrada assente em ativos do património rural da região. Consideram-se ainda importantes intervenções em segmentos específicos de procura nomeadamente na área do turismo natureza, do enoturismo e gastronomia, áreas particularmente identitárias do território de intervenção. Deverão ser valorizadas as intervenções que favoreçam complementaridades e sinergias, e que contribuam para o desenvolvimento de (novos) modelos de gestão e animação (e recreação) do território, na área da indústria cultural, nomeadamente com o envolvimento de diferentes agentes e população local.

3- Valorização do empreendedorismo e da inovação em contexto local - linha estruturante desenvolvida a partir dos temas do empreendedorismo, recursos e serviços locais e cooperação e inovação. Centra-se na ideia de que a inovação deve basear-se nas competências e conhecimentos acumulados no território e de que é importante desenvolver uma cultura empreendedora que deve constituir uma prioridades de intervenção transversal, a reforçar no território de intervenção. Considera-se que existe uma diversidade de estruturas de apoio ao empreendedor no território que importa articular para favorecer as oportunidades de investimento, nomeadamente pela integração e desenvolvimento de uma rede em meio rural a partir dos Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento Económico (GADE), existentes nos municípios. Considera-se prioritário o desenvolvimento

de um diretório de conhecimento dirigido ao empresário, estruturado a partir dos centros de formação e emprego, e da Universidade, e em articulação com rede GADE. Este diretório de conhecimento, prestaria apoio técnico em áreas de transferência de tecnologia, controlo de qualidade, comercialização e promoção, entre outros,

contribuindo para uma maior competitividade das empresas locais. Reconhece-se a importância de desenvolver mecanismos de apoio e promoção da empregabilidade em articulação com os sistemas produtivos locais, por forma a concorrer para o aumento do emprego. Para este fator concorre também o desenvolvimento de sistemas de formação e aprendizagem que partindo de uma maior ligação entre escolas e empresas, reforcem os valores empreendedores individuais (e coletivos) em particular dos mais jovens, favoreçam o desenvolvimento de autonomia e da iniciativa individual. Reconhece-se a necessidade de incentivar o desenvolvimento de uma oferta local relacionada com a indústria do turismo, nomeadamente na área da animação, produção de conteúdos culturais, comunicação, design e produção gráfica. Reconhece-se a emergência de novas atividades relacionadas com a renovação urbana local, a produção local de energia, reciclagem, entre outras, a par do desenvolvimento de novas formas de empresas na área da economia social, e que constituem respostas locais a necessidades locais e que deverão ser perspetivadas também como oportunidades para reforçar o emprego no território de intervenção;

4- Promover a coesão social - linha estruturante desenvolvida a partir do tema dos recursos e serviços locais e das reuniões com as redes sociais do território de intervenção. Baseia-se na perspetiva de que o desenvolvimento territorial deverá fomentar a articulação entre a coesão (social) e competitividade (económico). Reconhece-se que os processos de desenvolvimento sócio comunitário e o associativismo devem ser incentivados e estimuladas as solidariedades sociais, como fatores imprescindíveis e fundamentais para o crescimento e competitividade do território. Considera-se que devem ser estimulados processos de articulação (redes) para maximização da utilização dos equipamentos sociais nomeadamente pelo incentivo ao associativismo e organização de respostas coletivas. Defende-se a dinamização de uma rede de pontos focais para a inovação social acionando os mecanismos disponíveis nas Redes Sociais dos concelhos do território. Reconhece-se a emergência de necessidades ligadas a grupos sociais específicos para as quais é necessária uma oferta integrada. Verifica-se a necessidade de reforçar as redes de serviços de apoio pessoal de proximidade; a estruturação desta oferta

deverá concorrer para a criação de empresas e emprego local que resulte, nomeadamente, de contratos de inserção. Considera-se que na perspetiva da inovação social deve ser estimulada a relação entre as empresas e o tecido social que as envolve. Defende-se para o território a criação de um fundo para o desenvolvimento do empreendedorismo social; deve basear-se na responsabilidade social das empresas orientada para o apoio a projetos locais de inovação social; o desenvolvimento deste fundo deve contribuir para reforçar a visão e a capacidade de transformação, das organizações do território.

5- Incentivar a cooperação e a governança local - linha estruturante desenvolvida a partir dos temas cooperação e inovação, empreendedorismo, recursos e serviços locais. Centra-se na ideia de que a cooperação é um processo fundamental para enfrentar os desafios económicos e sociais que se colocam ao território de intervenção. Cooperação institucional, cooperação para responder a estratégias de mercado, cooperação para dar resposta a necessidades sociais, cooperação para o desenvolvimento. A cooperação deve ser incentivada e deve encontrar adequados suportes na estratégia territorial. Reconhece-se a notoriedade e experiência das organizações do território no domínio da cooperação territorial e institucional. Considera-se importante incentivar a cooperação entre a universidade, centros de conhecimento e de investigação, e o tecido empresarial, de forma a potenciar a inovação e experimentação. Considera-se importante o desenvolvimento de processos associativos e de cooperativas para responder a problemas sectoriais comuns, nomeadamente nas áreas da comercialização e promoção. Reconhece-se que a cooperação nas suas várias formas rompe com barreiras culturais, sociais, e institucionais, reforça e valoriza as organizações, aumenta a capacidade de diálogo, melhora a coordenação entre atores e uma maior integração de instrumentos de política, isto é, concorre para aumento da governança local do território de intervenção. As linhas de desenvolvimento apresentadas cruzam-se e evidenciam sinergias e complementaridades. A EDL agrega e assenta numa VISÃO: Alentejo Central, território gerador de riqueza e de bem-estar, solidário e inclusivo. O Objetivo Geral da EDL é contribuir para o aumento da riqueza e do bem-estar gerados, e para a promoção da coesão social, na região Alentejo Central, até 2023.

Objectivo Especifico	Tipologias de Atividades	
<p>Eixo 1 - Valorização dos recursos do território e atividades ligadas ao ecossistema do montado</p>	<p>Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas</p>	<p>Apoio à criação de empresas na área da prestação de serviços agrícolas e serviços ao ecossistema (economia verde), reciclagem, prestação de serviços na área ambiental; desenvolvimento de serviços de animação turística de apoio à dinamização do turismo natureza</p>
<p>Eixo 3 - Valorização do empreendedorismo e da inovação em contexto local</p>	<p>Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas</p>	<p>Apoio à expansão ou criação de micro-empresas, nomeadamente nas áreas das indústrias culturais, de comunicação, design e produção gráfica, produção de conteúdos, animação turística, renovação urbana local, a produção local de energia, reciclagem, entre outros sectores mais tradicionais do tecido empresarial</p>
	<p>Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho</p>	<p>Apoio à criação do próprio emprego ou empresa, na área da prestação de serviços na área do ambiente, serviços pessoais e serviços às empresas (restauração e hotelaria), serviços às IPSS, entre outros</p>